

O(s) método(s) histórico(s) nas pesquisas em comunicação

The historical method(s) in communication research

ROSELI FIGARO *

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo-SP, Brasil

RESUMO

O artigo objetiva, a partir de pesquisa bibliográfica, discutir como as correntes de pensamento tratam da história, de seus métodos de pesquisa e de sua importância na construção do conhecimento comunicacional. A discussão inicial fornece elementos para que possamos debater como a área da comunicação no Brasil se apropria da história e de seus métodos para embasar suas pesquisas. Nesse percurso, a pesquisa bibliográfica, articulada à discussão sobre os métodos históricos no âmbito dos paradigmas teóricos, permite comentar autores estrangeiros e brasileiros que tratam da pesquisa histórica na área da comunicação.

Palavras-chave: Comunicação, história, método histórico

ABSTRACT

The article aims, from bibliographical research, to discuss how the schools of thought deal with history, its research methods and its importance in the construction of communication knowledge. The initial discussion provides details so we can discuss how the communication field in Brazil appropriates history and its methods to support its research. Along the way, the bibliographical research, articulated to the discussion of the historical methods in the context of theoretical paradigms, allows us to comment the foreign and Brazilian authors that deal with historical research in communication.

Keywords: Communication, history, historical methods

* Professora livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP; coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT); editora (com Adilson Citelli) da revista *Comunicação & Educação*; chefe do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP. E-mail: figaro@uol.com.br

TRATAR DE UM método de pesquisa resulta quase sempre em simplificações operacionais. Como fazer? Como buscar informações? Como escolher as fontes? Mas do que valem essas perguntas quando não se sabe o fundamental: aquilo que se quer pesquisar? A pergunta problema da pesquisa indica as possibilidades que se abrem para as respostas. Todas as respostas são construídas a partir dessa questão inicial que orienta as ferramentas teórico-metodológicas do pesquisador. O problema da pesquisa é uma tomada de posição, é o reconhecimento de algo que merece ser buscado, entendido, revelado. Ao ser formulada, a pergunta de investigação revela os conceitos teóricos necessários para o estudo, bem como se a história é ou não relevante para a investigação pretendida. Mais ainda, ao se colocar o aspecto histórico como relevante, de que história está se falando? Trata-se da história marcada pela narração de eventos encadeados por líderes e personagens marcantes de determinado tempo? Da história vista como motor de mudanças sociais, cuja investigação liga o particular à totalidade, articulando as relações de produção e classe? Ou da história de longa ou curta duração, contada a partir das mentalidades, dos objetos culturais e do cotidiano? São todas possibilidades de abordagem da história que, dependendo da pergunta do pesquisador, podem ser mobilizadas e revelam o paradigma a partir do qual o pesquisador escolheu orientar-se. Para tentar responder a todas as perguntas enunciadas neste artigo, propõe-se discutir o conceito de história e sua relevância para os estudos de comunicação.

A POLÊMICA SOBRE A HISTÓRIA

Falar de história é falar do transcorrido, de suas relações com determinados objetivos e pontos de vista por meio de narrativas registradas em um tipo de linguagem. Heródoto (484-425 a.C.), na tradição ocidental clássica, é o historiador que desenvolve uma narrativa particular sobre o tempo, descolando-a da literatura. Seus nove livros relatam, sobretudo, guerras. Tucídides (460-395 a.C.), também um dos primeiros historiadores, é o fundador do que podemos denominar de uma história contada a partir de informações objetivas, sem a intervenção de narrativas míticas. Sua preocupação com os fatos pode ser verificada no excerto de sua obra *História da Guerra do Peloponeso* em que o autor discorre sobre a prática do historiador:

À luz da evidência apresentada até agora, todavia, ninguém erraria se mantivesse o ponto de vista de que os fatos na antiguidade foram muito próximos de como os descrevi, não dando muito crédito, de um lado, às versões que os poe-

tas cantaram, adornando e amplificando os seus temas, e de outro considerando que os logógrafos [denominativo pejorativo para os antigos historiadores antes de Tucídides] compuseram as suas obras mais com a intenção de agradar aos ouvidos que de dizer a verdade uma vez que suas estórias não podem ser verificadas, e eles em sua maioria enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula, perdendo, assim, a credibilidade. Devem-se olhar os fatos como estabelecidos com precisão suficiente, à base de informações mais nítidas, embora considerando que ocorreram em épocas mais remotas. (Tucídides, 2001:13)

Tucídides está preocupado com a forma objetiva do relato da história e, sobretudo, se os temas contados dizem respeito aos fatos e à verdade do acontecimento, contrapondo-se às estórias imaginadas e à fabulação. Ele orienta para a necessidade de “olhar os fatos como estabelecidos com precisão suficiente, à base de informações nítidas” (loc. cit.). Ao chamar atenção para esse aspecto, o pensador clássico estabelece um paradigma para o nascimento de uma ciência. Assim procedendo, Tucídides abre também uma questão para o pensamento filosófico, que diz respeito à oposição entre sujeito e objeto do conhecimento.

Tal contraposição entre objetividade e subjetividade vai permanecer como um aspecto polêmico no pensamento filosófico desde a antiguidade até os dias atuais. Nessa tradição é Platão (428/427-348/347 a.C.), segundo Oliveira (2011: 2), quem nos apresenta a preocupação com o conhecimento sobre o mundo das coisas e sobre o mundo das ideias: “não há conhecimento possível no mundo sensível, simplesmente porque não há objeto de experiência”, pois todas as *coisas* estão em transformação. O filósofo Bernard Williams, ao comentar a obra *República*, argumenta que para Platão o mundo das formas é o que *realmente é*. Para o filósofo, a percepção cotidiana do mundo está *entre o ser e o não ser*, como um sonho ou aparência; o único objeto do conhecimento é o *ser*, o mundo a vir a ser é mera conjectura ou opinião (Williams, 2000: 51). Desse modo, só as *ideias* estão no âmbito do conhecimento, visto que *em essência* são permanentes. Ou seja, as questões centrais do pensamento filosófico de Platão opõem sujeito e objeto e afirmam uma base metafísica para a produção científica. Para Koch (2012: 7), “Platão concebe o espaço lógico como o cosmos das ideias e o espaço físico como uma antessala do espaço lógico, imersa na escuridão do caos lógico”.

A contraposição sujeito/objeto, desse modo, tem em seu cerne a dicotomia entre o homem que conhece e o mundo real a ser conhecido. A exterioridade do objeto e sua materialidade de formas, no tempo e no espaço, são desligados do ser que conhece, como se esse Homem que faz perguntas não fosse parte

do mundo concreto a ser conhecido. Coloca-se o ser de racionalidade, produtor de conceitos, de fora ou acima dos fatos/objetos a serem conhecidos. Esse tipo de racionalismo idealista perpassa a produção de conhecimento histórico. Tem-se em *Da enciclopédia*, de Diderot e D'Alembert, na *Explicação detalhada do sistema de conhecimentos humanos*, um bom exemplo dessa influência.

Os seres físicos agem sobre os sentidos. As impressões desses Seres excitam suas percepções no Entendimento. O Entendimento ocupa-se de suas percepções somente de três maneiras, segundo suas três faculdades principais, a Memória, a Razão, a Imaginação. Ou o Entendimento realiza uma enumeração pura e simples de suas percepções através da Memória; ou as examina, as compara, as assimila pela Razão; ou se compraz em imitá-las e a contrafazê-las pela Imaginação. De onde resulta uma divisão geral do Conhecimento humano, que parece bastante bem fundamentada, em História, que se reporta à Memória, em Filosofia, que emana da Razão, e em Poesia, que nasce da Imaginação. (Diderot; D'Alembert, 2012:[s.p.]

Como se lê em *Da enciclopédia*, a história pertence ao universo da memória, separada da razão, âmbito da Filosofia e da Ciência. Conquanto tenham transcorridos tantos séculos desde Tucídides aos Iluministas, percebe-se que não se havia superado o dilema entre o fato a ser conhecido e o sujeito do conhecimento no que diz respeito à produção do conhecimento histórico.

Em Immanuel Kant (1724-1804), a contraposição sujeito/objeto apresenta-se como a impossibilidade de conhecer a *coisa em si mesma*. O conhecimento somente é possível por meio da razão, do conceito. A história para Kant como conhecimento do passado “nasce da exigência da verdade que é a liberdade mesma do pensamento, porque ela libera os espíritos de representações religiosas e da visão tradicional da vida dos homens e de suas sociedades”¹ (Kant, 1988: 124, tradução minha). Assim é a busca da liberdade do espírito humano perfeitamente desenvolvido por sua atividade racional. Ou dito de outro modo, conhecer a coisa em si mesma independentemente das determinações temporais, espaciais e causais e, dessa forma, o conhecimento está para além dos sentidos e do entendimento (Oliveira, 2011). Para Kant, a história é a condição e a possibilidade do conhecimento e da razão; é um processo de o homem conquistar sua liberdade, e essa liberdade tem a ver com o *imperativo categórico*, ou seja, do fazer por determinação da razão, do saber consciente.

Se a contraposição sujeito/objeto é uma questão filosófica de fundo, que delimita os diferentes paradigmas científicos, é também o eixo que orienta o conhecimento sobre a história e sobre sua importância para a produção do saber.

1. No original: “L’histoire [...] elle naît d’une exigence de vérité qui est la liberté même de la pensée, parce qu’elle délivre les esprits des représentations simplement religieuses et traditionnelles de la vie des hommes et des leurs sociétés”.

É Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) quem recoloca a discussão dessa contraposição em outro patamar. O filósofo volta à história como processo capaz de conhecimento. Sobre a clássica dicotomia entre sujeito e objeto, Hegel vai defender a tese da relação necessária, não contraposta, entre subjetividade e objetividade. Essa tese está fundada na compreensão que Hegel propõe sobre a dialética.

Contra o pensamento aristotélico no qual “a verdade se identifica com a ausência de contradição” (Sader, 2007: 9), denominado de lógica formal, Hegel afirma que a contradição possibilita a apreensão do movimento real de cada fenômeno.

Sader (2007: 11) explica a contribuição de Hegel para o entendimento da realidade da seguinte maneira:

O mundo que nos aparece sob a dicotomia entre sujeito e objeto, entre subjetividade e objetividade, tem de ser desvendado nas suas raízes, para compreendermos o porquê dessa cisão, enquanto as ilusões mencionadas optam por um dos dois polos e os absolutizam. A apreensão da verdade do real consiste justamente na explicação da forma pela qual o real se desdobra em sujeito e objeto.

Assim, o real perde seu caráter absoluto. Ao reconhecermos que o homem é parte da totalidade do mundo e da história, é impossível separar no homem o que é razão e o que é natureza. Esse princípio é o fundador da concepção dialética em Hegel. “Hegel atribui ao Espírito integral, completo, o papel de realidade originária, o princípio ontológico do ser” (Assunção, 2010: 1). Inaugura-se, desse modo, uma concepção que permite afirmar o conhecimento com base no real, sendo que para Hegel *o real é racional e o racional é real*, e a história é um *processo lógico do desenvolvimento do espírito*. Com isso podemos dizer que, embora de perspectiva diferente, as preocupações de Tucídides são recolocadas em outro patamar.

As contribuições de Karl Marx (1818-1883) modificam a concepção hegeliana de dialética. Para Marx, o sentido da história está em entendê-la como movimento dialético das relações de produção e não como produto de um espírito superior. Nessa abordagem, a história passa a ciência preponderante para o conhecimento da sociedade. A história vai buscar nas bases do desenvolvimento das forças produtivas de cada período a materialidade a ser estudada. Essa observação deve considerar o movimento contraditório das forças produtivas nos embates e nos conflitos de interesses, o que gera a luta de classes.

A história, do âmbito da memória e do racionalismo Iluminista, eleva-se a partir de Marx à ciência cujo potencial é o de, por meio do método dialéti-

co, permitir estabelecer nexos de compreensão entre o ontem e o hoje para a transformação do devir. Essa tarefa é enfrentada a partir da relevância do desenvolvimento concreto das relações de produção de determinada sociedade, bem como dos conflitos protagonizados pelas classes sociais. As relações de poder estão presentes nos dados e nos fatos que compõem o quadro do que se quer analisar. A história passa a ser compreendida pelas relações de forças, cujos protagonistas são os homens engajados na emancipação social. Nas palavras de Marx (2011: 25-26), no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, temos que:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas elas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.

Marx enuncia sobre a força do passado, como ele faz parte do presente e é herança de cada sociedade. É essa totalidade que permite conhecer o específico e dela compreender as relações das forças produtivas e a cultura de uma época.

Para Eric Hobsbawm (1917-2012), o método dialético histórico de Marx não distingue as relações sociais de produção das ideias e dos conceitos, “em parte porque é em si uma distinção histórica retrospectiva, em parte porque as relações sociais de produção são estruturadas pela cultura e conceitos os quais não podem ser reduzidos às próprias relações de produção”² (Hobsbawm, 2008: 69, tradução livre). O desenvolvimento e a proposta da obra de Marx não é fazer história, mas valer-se do método histórico como científico, ou seja, valer-se do materialismo histórico dialético para produzi-la.

Quanto a Hobsbawm, sua obra é de inquestionável rigor metodológico, inspirado no materialismo histórico. Sobre esse aspecto, ele contesta seus críticos que veem em suas publicações um modelo teleológico de compreensão histórica. Ele rebate tais críticas, afirmando a necessidade do rigor metodológico para que o historiador “exponha o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios” e possa buscar as dimensões e causalidades das “mudanças intelectuais e culturais” (Hobsbawm, 2010: 94).

2. Tradução livre do francês: “en partie parce que c'est en soi une distinction historique rétrospective, en partie parce que les relations sociales de production sont structurées par la culture et des concepts qui ne peuvent pas être réduits à cela”.

O método do materialismo histórico dialético incorporado por Hobsbawm restringe-se, no entanto, a pequenos círculos de intelectuais, visto que a perspectiva transformadora não é a hegemônica tanto no campo da história quanto no uso do método histórico por outras áreas do conhecimento. Pode-se afirmar com isso que a escrita da história e o método histórico que fez escola é o que toma o tempo em sua diacronia linear, transferindo aos fatos sociais essa mesma linearidade.

Na perspectiva da objetividade racionalista, André Cellard (2008) comenta sobre o papel marcante do livro *Introduction aux études historiques* (1898) de Langlois e Seignobos. Essa obra influenciou, do ponto de vista metodológico, gerações de historiadores. Eles têm uma abordagem de pesquisa que privilegia o documento escrito, guardado em arquivos oficiais; os relatos dos fatos e das ações dos políticos e das *maiorias* sociais. Ou seja, dão *status* de documento histórico aos escritos oficiais que relatam, sobretudo, os fatos relativos à política hegemônica.

Desse modo, no desenvolvimento de um método de pesquisa histórico têm-se correntes bem delineadas, cujas posições reconhecem a história como: (i) uma disciplina capaz de organizar racionalmente os fatos do passado, para construir o relato do desenvolvimento das sociedades; (ii) uma ciência que, por meio da análise do desenvolvimento das forças produtivas de diferentes sociedades, constrói um conhecimento para a transformação social. Conquanto polêmicas originadas de paradigmas de pensamentos diferentes, essas correntes colaboraram para o desenvolvimento da disciplina história e de seus objetos e perguntas próprios.

Reiterando aspectos dessa polêmica, pensadores como Walter Benjamin (1892-1940) vão se introduzir nesse embate de maneira criativa. Benjamin, ligado ao conhecido Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Frankfurt, posteriormente conhecido como Escola de Frankfurt, trata do conceito de história com particular preocupação. Ele contesta a visão teleológica e linear da história interpretada por correntes marxistas denominadas de social democratas (anos 1920), produzindo um pensamento rico e de apropriação específica do conceito de história, influenciado inclusive pelo messianismo judaico. Em suas *Teses sobre a História* tem-se o debate que Benjamin enfrenta ao enunciar seus propósitos de um materialismo que considere os grandes e os pequenos fatos; as disputas pelo poder econômico e os valores morais e espirituais.

Nas Terceira e Quarta *Teses sobre a História*, podemos perceber exemplos de questões polêmicas para Benjamin (1994: 222-232) e sua preocupação com o método:

Terceira Tese

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citation à *l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final.

Quarta tese

“Lutai primeiro pela alimentação e pelo vestuário,
e em seguida o reino de Deus virá por si mesmo”.

Hegel, 1807

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas.

Benjamin dá lugar ao debate sobre as formas culturais em que a luta de classes se manifesta, bem como enuncia suas objeções à ideia de a *cultura dos vencidos* não ter valor. É um dos pensadores da Escola de Frankfurt que, embora morto precocemente, deixou uma obra instigante e eclética, abrindo-se para múltiplas interpretações e sem fazer concessões ao espírito conservador e ao mecanicismo empirista que ronda no início do século XX.

Outras áreas do conhecimento vão se apoiar na história para produzir seu arsenal de conceitos e métodos. Um exemplo é a Antropologia, sobretudo com a contribuição de Franz Boas (1858-1942). O antropólogo coloca-se como um opositor da concepção de evolucionismo cultural e, para se contrapor a essa corrente, desenvolve um método histórico também denominado de *particularismo histórico*. Boas contesta a antropologia evolucionista, pois ela se apoia no método comparativo entre culturas e tem por objetivo demonstrar que a difusão e a evolução explicam as trajetórias dos povos. Franz Boas defende que o método histórico é o mais adequado para aprofundar e esgotar o estudo

da cultura de um povo, buscando entendê-lo em suas particularidades para realizar uma reconstrução histórica da vida daquele povo. A grande contribuição de Boas é contestar teorias que querem traçar proximidades entre raça e personalidade, tão em voga no início do século XX.

A influência da Antropologia como área do conhecimento é marcante ao longo das décadas de 1930 e 1940, e seus métodos de pesquisa repercutem também no aparecimento da denominada história dos *Annales*. Essa corrente historiográfica, fundada por historiadores franceses contrários à restrição da pesquisa histórica aos eventos e aos documentos oficiais, propugna a história de longa duração e, nessa acepção, qualquer tema pode ser objeto do estudo histórico; sua compreensão da história social amplia sobremaneira a noção de documento.

Os principais representantes dessa corrente foram Marc Bloc e Lucien Febvre, fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), que estavam preocupados com uma história das mentalidades. Outro importante membro dessa corrente é Fernand Braudel, autor de *O Mediterrâneo* (1923/1949/1966) (Braudel, 1990). Ele vai trazer para o âmbito do fazer do historiador a possibilidade de múltiplos objetos e métodos, aproximando-se de outras disciplinas. Braudel, em *Escritos sobre a história* (1969), discute a pertinência de sua propositura teórica e metodológica, argumentando com conceitos que vão da Linguística à Antropologia, da Sociologia à Arqueologia. A temática do tempo de curta e de longa duração é abordada na forma do relato sobre o evento e na forma da escrita sobre as mentalidades, e sobre o tempo longo e profundo das permanências.

As gerações de historiadores seguintes a Braudel vão denominar suas produções de história cultural (nova história, micro-história). É uma narrativa da história que privilegia o modo de pensar e de sentir dos indivíduos. Desse modo, tem-se uma gama de novos objetos e a multidisciplinaridade de abordagens teóricas, como na obra *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (1993).

Na corrente dos debates sobre a história, Michel Foucault dá sua contribuição. Ele é o polêmico intelectual que, a partir do que vai chamar de uma genealogia histórica de temas, tais como os valores, a moral, o ascetismo, traça sua trajetória de interesses teóricos a investigar. O autor tem como centro de suas preocupações a crítica ao positivismo historicista cuja herança atribui a Hegel. Em *Microfísica do poder*, Foucault afirma:

O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos,

suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos ativismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. (Foucault, 2004: 20)

A dura crítica de Foucault ao método histórico baseado na linearidade dos fatos sociais decorre de sua opção em problematizar aspectos da vida como a sexualidade e a loucura, de maneira a “adotar a genealogia nietzschiana enquanto método de pesquisa histórica” (Lamas e Silva, 2010: 111) e a multiplicidade de interpretações possibilitadas pelo método. Desse modo, o que Foucault faz é “uma história divergente dos cânones positivistas e da história factual e absorve as contribuições de Nietzsche para um método histórico” (Ibid.).

Nesse percurso multifacetado de perspectivas teóricas sobre a história e o método histórico no fazer científico de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, podemos sintetizar a discussão afirmando que: (i) não há UM método histórico; (ii) repetem-se na pesquisa histórica e no campo da história as mesmas controvérsias sobre os paradigmas do pensamento científico, ou seja, o idealismo, o idealismo racionalista (positivista), o materialismo empirista e o materialismo histórico dialético; (iii) conquanto as contribuições dos diferentes autores e áreas do conhecimento tenham trazido para a História avanços consideráveis, permanecemos na encruzilhada ou do particularismo ou dos entrecruzamentos de disciplinas e abordagens.

Esses aspectos problematizados anteriormente repetem-se na forma como a área da comunicação se apropria do(s) método(s) da história. Na sequência, damos vazão a essa discussão, contextualizando os trabalhos de autores sobre a história dos meios de comunicação, a história das ciências da comunicação, e aqueles autores que se utilizam dos métodos históricos para as pesquisas em comunicação.

AS CONTROVÉRSIAS SOBRE OS MÉTODOS HISTÓRICOS NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO

Schudson (1993: 211), no capítulo “Enfoques históricos a los estudios de la comunicación” do livro *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*, introduz a temática afirmando: “A escrita da história da

comunicação está tristemente subdesenvolvida³” (tradução livre). Isso porque, para ele, os historiadores estão preocupados com as causas e efeitos (dos fatos passados) e entendem os meios de comunicação apenas como transmissores. Nesse sentido, os meios de comunicação não ocupariam o primeiro plano dos acontecimentos históricos. Via de regra, o protagonismo estaria com instituições como a igreja, o estado e o partido.

A história do livro, da leitura e da leitura pública é, para Schudson, uma exceção na área, com rico levantamento bibliográfico e sistemática pesquisa em arquivos. O autor também salienta que o estudo da comunicação demanda análise da produção, da mensagem e da recepção pelo público, e para ele, sem dúvida, a recepção é a que menos tem recebido atenção dos historiadores. Nesse quadro de desenvolvimento da história da comunicação, Schudson também propõe identificar três classes: a macro-história, a história propriamente dita e a história das instituições.

A *macro-história da comunicação* é a mais conhecida entre as três e relaciona o desenvolvimento dos meios de comunicação com a evolução humana. Para ele, essa abordagem tem grande influência no pensamento comunicacional e seus maiores ícones são Harold Innis (1951, 1977) e Marshall McLuhan (1971). Em contrapartida, o que ele classifica como *história propriamente dita da comunicação* é a menos desenvolvida na área. Ele chama atenção desse aspecto porque ela é a mais pertinente ao campo da comunicação por estar voltada às problemáticas da relação entre meios de comunicação, mudança social e cultura. Como exemplo dessa classificação, ele cita Habermas (1984) e seu estudo sobre a esfera pública burguesa. A *história das instituições*, terceira classe de estudos, tem como interesse a pesquisa sobre os meios de comunicação como instituições sociais. Ele cita a infinidade de investigações sobre a história de determinado jornal, revista, companhias publicitárias etc. Um estudo exemplar é o de Asa Briggs (1995) sobre a BBC; no Brasil, podemos citar como referência os trabalhos de Nelson Werneck Sodré (1977), Aníbal Bragança (2008), Sérgio Mattos (2000a, 2000b), entre outros. Schudson comenta ainda que, do ponto de vista metodológico, a história das instituições vale-se de documentos e arquivos das organizações, o que nem sempre garante um material revelador dos impactos dos meios de comunicação na sociedade.

Ao analisar casos e métodos de estudo da história da comunicação propriamente dita, ele destaca dois exemplos. O primeiro é o estudo de Michel McGerr (1986), que toma a campanha político eleitoral como meio de comunicação. McGerr quer entender a mudança da prática política da população norte-americana, sobretudo impulsionada pelas novas elites políticas, antes mesmo da chegada da televisão. O outro exemplo de pesquisa nessa linha é

3. No original: “La escritura de la historia de la comunicación está tristemente subdesarrollado”.

o estudo de Lawrence Levine (1988), que trata o teatro como meio de comunicação. O pesquisador busca entender como o teatro de Shakespeare, nos Estados Unidos, passou da recepção do público de cultura popular para o de *alta* cultura. Ou seja, as perguntas das pesquisas privilegiam a comunicação como relação social e cultural ao longo da história, não se restringindo aos meios tecnológicos tradicionais. Para Schudson (1993: 214), o que define e diferencia a pesquisa da história da comunicação propriamente dita das demais classificações é exatamente sua problemática de investigação, ou seja, de que modo a história cultural, política e social influencia as mudanças na comunicação? E como os meios de comunicação são influenciados pela mudança social?

Schudson tem a posição teórica que compreende a história da comunicação como mudanças nas relações sociais e culturais, não como história do desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o autor destaca as observações de Raymond Williams (1974) e reitera: “Os meios de comunicação devem ser compreendidos como práticas sociais e formas de cultura, não como tecnologias distintas⁴” (Schudson, 1993: 224, tradução livre). Em relação à abordagem teórica defendida por Schudson, verifica-se que o pesquisador possui certa proximidade com a concepção de história de Walter Benjamin, o que lhe permite também diálogo com a história cultural de Braudel.

Crítico da abordagem de Schudson sobre a história da comunicação, Luis Claudio Martino (2008) refere-se a ela como demasiadamente ampla e dispersiva do campo da comunicação como área própria, e ironiza sobre Schudson entender “partido político” como meio de comunicação (Ibid.: 41). O que de fato não ocorre, pois o estudo é de Michel McGerr, e trata-se de *campanha política* como meio de comunicação. Ainda nesse tema, Martino discorda das três categorias criadas pelo pesquisador norte-americano, devido à limitação de análise que permite. Ele salienta que a questão central para a história da comunicação (epistemológica) é estudar os meios de comunicação como centrais na prática social e cultural. Nas palavras de Martino (2008: 39):

para os comunicólogos, ela toca no âmago da questão da possibilidade de uma Ciência da Comunicação, à medida que corresponde justamente à possibilidade de uma leitura do social a partir dos meios de comunicação, ou seja, tomando-os [...] como elementos centrais na interpretação dos processos sociais, culturais etc.”

Sem dúvida uma das questões é essa. No entanto, não se pode limitar a comunicação e sua história aos meios e instrumentos tecnológicos.

4. No original: “Los medios de comunicación se han de comprender como prácticas sociales y formas culturales, no como tecnologías distintas”.

Com o objetivo de demarcar os fundamentos epistemológicos da prática do historiador da do comunicador, Martino defende a necessidade de se desenvolver um ponto de vista particular e especializado dos processos comunicacionais, ou seja, fazer história da comunicação à maneira do comunicólogo: transpor os estudos da comunicação – centrados na sociedade industrial e contemporânea – para outros períodos, em uma perspectiva diacrônica. O autor vê como maior desafio para a área pensar na especificidade científica como elo de compreensão da sociedade e da cultura em perspectiva histórica.

Nesse percurso de discussões sobre a história da comunicação, nem Schudson e nem Martino enunciam seu entendimento da história fora do paradigma dominante. Talvez a abordagem mais próxima de um método que entenda a história como ciência que conhece a realidade a partir do desenvolvimento das forças produtivas de cada sociedade em seus movimentos contraditórios e circulares tenha expressão na citação que Schudson faz a Raymond Williams sobre os meios de comunicação como formas culturais e sociais. Nesse sentido, vale destacar que para Williams (1992: 33),

os sistemas de comunicação nunca foram um agregado opcional na organização social ou na evolução histórica. À medida que estudamos sua verdadeira história, vemos que ocupam um lugar junto a outras formas importantes de organização social, do mesmo modo em que ocupam um lugar na história da invenção material e da ordenação econômica.

Essa é a característica da comunicação: é um processo de princípio integrante da prática humana e como tal tem, segundo Williams (1992: 40), “em si mesmo e em suas relações, uma história”. Isso significa afirmar que não é possível escrever uma história da comunicação que desconsidere a própria história das instituições sociais e do desenvolvimento socioeconômico. “Muitos problemas atuais de comunicação estão, de fato, centrados nas complexas relações entre essas formações nacionais e o poderoso mercado internacional” (loc. cit.).

Sobre esse tema, Michelle Mattelart e Armand Mattelart em *História das teorias da comunicação*, lembram Williams e sua preocupação com “as formas históricas assumidas em cada realidade pelas instituições midiáticas, a televisão a imprensa, a publicidade” (Mattelart, Mattelart, 2005: 106). Essa perspectiva de estudos da história da comunicação é muito pouco desenvolvida, como já alertou Schudson.

Os Mattelart também têm trabalhos na área de história da comunicação tanto no âmbito da história das teorias de comunicação, quanto no âmbito da história da comunicação nas relações globais e geopolíticas. Em *História das teorias da comunicação*, os autores traçam um percurso das correntes de

pensamento na área, cujos teóricos são contextualizados em relação às suas afiliações aos paradigmas filosóficos. O tempo cronológico é apenas uma das categorias a partir da qual os Mattelart estudam o pensamento comunicacional; mais relevantes são as *escolas* e como a produção de cada uma se relaciona ou não com a outra. Na edição espanhola da obra, na introdução, destacam:

A presente obra trata de dar conta da pluralidade e fragmentação deste campo de observação científica que, historicamente, se situa em tensão entre as redes físicas e imateriais, o biológico e o social, a natureza e a cultura, os dispositivos técnicos e os discursos, a economia e a cultura, as micro e macro perspectivas, a aldeia e o globo, o ator e o sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre arbítrio e os determinismos sociais⁵ (Mattelart, Mattelart, 1997: 10, tradução livre).

5. No original: “La presente obra trata de dar cuenta de la pluralidad y la fragmentación de este campo de observación científica que, históricamente, se ha situado en tensión entre las redes físicas e inmateriales, lo biológico y lo social, la naturaleza y la cultura, los dispositivos técnicos y los discursos, la economía y la cultura, las micro y macro perspectivas, la aldea y el globo, el actor y el sistema, el individuo y la sociedad, el libre albedrío y los determinismos sociales”.

Para eles, a história das teorias de comunicação é a história desses fracionamentos e das tentativas de articular ou não o que, com frequência, se constitui mais como dicotomias binárias do que níveis de análise. Em outra obra, *Comunicação mundo: história das ideias e das estratégias* (1994), Armand Mattelart faz um preâmbulo com um título bem expressivo, “O triângulo da comunicação” (seria uma referência ao triângulo das Bermudas?), no qual salienta: “Essa história da comunicação internacional e de suas representações é a história dos entrelaçamentos que se foram tecendo entre guerra, progresso e cultura, assim como a trajetória de seus reajustamentos sucessivos, seus fluxos e refluxos” (Mattelart, 1994: 9). O autor mostra nessa obra como as forças hegemônicas em escala global aliam economia, desenvolvimento tecnológico e guerra no embate de forças pela manutenção ou conquista do poder. A comunicação – como meios e mediações – atravessa e é atravessada por essa lógica. Com isso, voltamos ao começo: como fazer história da comunicação sem ter em mente a totalidade das relações de forças que operam na sociedade?

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE DOS ESTUDOS DA HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Um balanço interessante, embora demasiadamente sintético, sobre o estudo da história da comunicação no Brasil foi realizado por Ribeiro e Herschmann (2008). No contexto dos 200 anos de imprensa no Brasil, o livro *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens* traz uma coletânea de textos sobre temas e perspectivas diferentes de pesquisas na área. As divisões em capítulos nomeiam as orientações de investigação em história da comunicação, organizados da seguinte forma: “Em busca de uma epistemologia”, capítulo no

qual se encontra o artigo de Martino e o de Ribeiro e Herschmann; “História das e nas mídias”, no qual destacamos o artigo de Marialva Barbosa, “Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros, vestígios e interfaces entre Comunicação e História”; “Tendência na História do jornalismo”, capítulo no qual destacamos o artigo de Isabel Travancas, “A Literatura nacional nos suplementos literários do final do século XX: o caso do Brasil e da França”; “Interfaces com a política”, em que Eduardo Granja Coutinho trata de imprensa e hegemonia na primeira República; e, finalmente, “Construindo memória e conhecimento hoje”, capítulo em que se encontra o artigo de Jesús Martín-Barbero, “Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades”.

Ribeiro e Herschmann (2008), no balanço realizado, apontam como “impasses teóricos e problemas metodológicos”: os estudos locais e regionais focados na particularidade dos meios de comunicação local; a ausência de pesquisa comparativa; poucos trabalhos de síntese; foco no Sudeste como espelho do país; memorialismo; centralidade na ação individual; privilégio na ruptura e na temporalidade linear; caráter descritivo; predomínio da história política; desconsideração do âmbito externo (excesso de aspectos ideológicos e poucos sobre as condições de produção); desconsideração da dimensão interna (ou seja, foco no contexto histórico sem tratar das especificidades profissionais e deontológicas). Desse diagnóstico da área, queremos comentar o que os autores identificaram como “privilégio na ruptura e na temporalidade linear”, visto ser essa uma questão de fundo que não recobre um aspecto teórico e metodológico, mas que envolve o paradigma de pesquisa a ser adotado. Como salientam os autores:

A história dos meios de comunicação – sobretudo aquela produzida no campo – está impregnada de uma visão pela qual a temporalidade linear e a sucessão de acontecimentos dão o tom da narrativa. [...] As tensões, e, especialmente, as articulações entre ruptura e continuidade poucas vezes são levadas em conta. (Ribeiro e Herschmann, 2008: 21)

Esse diagnóstico remete ao que viemos discutindo sobre a abordagem da história como método norteador da compreensão da sociedade e da cultura, sem necessariamente negar a noção de história como progressão (progresso) no tempo.

Dando continuidade a essa discussão, retomamos o que Schudson classifica como *história das instituições* para contextualizar uma produção bastante profícua liderada pelo professor Marques de Melo, sem dúvida uma referência do campo da comunicação. Nessa linha de estudos históricos das instituições, registramos alguns de seus livros com contribuições sobre a memória dos estudos de comunicação no Brasil. Dois desses estudos fo-

ram publicados na década de 1990: *Memórias das Ciências da Comunicação* (1997) e *O Pensamento comunicacional brasileiro*. Também na década de 1990 foi publicado *O grupo de São Bernardo* (1999), coorganizado com Samantha Castelo Branco. As demais obras são publicadas a partir dos anos 2000: *História Social da Imprensa*, (2ª ed. de 2003); *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico* (2004); *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história* (2005); *História política das Ciências da Comunicação* (2008); *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação* (2008); *Televisão brasileira: 60 anos de ousadia, astúcia, reinvenção* (2011); e *Ciências da Comunicação no Brasil, 50 anos: histórias para contar* (2015).

O artigo mais recente de Marques de Melo, “Os processos comunicacionais na historiografia brasileira” (2013), pode ser identificado com a classe da *história da comunicação propriamente dita*, de Schudson. Nesse artigo, Marques de Melo trata dos paradigmas do método histórico e refere-se à obra de Virgílio Noya Pinto⁶, professor da Escola de Comunicações e Artes, que sensível aos objetos de estudo da história das mentalidades, passa a problematizar a comunicação no tempo e no espaço como objeto de estudo histórico. Seguindo o exemplo de Noya Pinto, Marques de Melo faz um percurso à obra de intelectuais brasileiros para identificar como a comunicação passa a ser destaque nas pesquisas dos historiadores. É interessante ressaltar que Marques de Melo, ao retomar os referenciais do materialismo histórico dialético para introduzir a relevância de se reivindicar a comunicação como tema para a história, vai se distanciando dele, evidenciando com isso o que tão bem resumiram Ribeiro e Herschmann (2008: 15) ao afirmarem: “apesar do crescimento, ainda é pouco sistemático o movimento de fortalecimento e institucionalização da História da Comunicação”.

Na perspectiva de uma história da comunicação no Brasil, Marialva Barbosa é uma expressão intelectual importante. Como historiadora e jornalista, enveredou-se para a pesquisa da história, aproximando-se da corrente da história cultural. Sua primeira pesquisa busca nos meandros das publicações de jornais cariocas as representações dos trabalhadores no início do século XX. Dessa pesquisa resulta o livro *Os donos do Rio: imprensa, poder e público* (2000); posteriormente *Percurso do olhar: comunicação, narrativa e memória* (2007) e *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)* (2007).

Na introdução de *História da comunicação no Brasil* (2013), Barbosa delinea as balizas argumentativas que oferece aos leitores. Ela define a história, bem ao modo da abordagem cultural, afirmando:

6. Virgílio Noya Pinto foi professor titular do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e um de seus fundadores. Foi vice-diretor da ECA e atuou principalmente nas linhas de pesquisa: Comunicação, Cultura, História. Algumas de suas publicações foram: *Comunicação e Cultura brasileira; O ouro brasileiro e o comércio anglo-português; Ritmos da economia e dependência econômica em face dos mercados externos.*

Se considerarmos que história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente, serão os rastros, restos vestígios que perduraram no tempo em diversos suportes que se constituirão nas fontes a serem interpretadas para explicitar gestos e ações pretéritas. (Barbosa, 2013: 8)

Se a história pode ser assim entendida, fazer seu registro também é um tema a ser problematizado, visto que cada sociedade tem formas expressivas de registro peculiar, o que muitas vezes não se considera porque temos como padrão cultural e intelectual o modelo europeu. Sobre esse assunto polêmico, Barbosa afirma que esse registro “implica sempre uma relação do texto construído pelo pesquisador com o seu referente” (loc. cit.), e no que diz respeito ao passado que a história revela, Barbosa posiciona-se, sutilmente, pela condição inegável de que o protagonista do relato é o historiador: “ao ter a outorga para falar do passado presume-se que os tempos idos que coloca em cena sejam o verdadeiro passado” (loc. cit.). Ao se posicionar assim, a autora nos permite inferir que, do ponto de vista ontológico, ela não cria a falsa expectativa da objetividade e do distanciamento do sujeito, seus valores e pontos de vista, inclusive institucionais. Fazer história ou qualquer outra ciência demanda mobilizar conscientemente a indissociável condição humana de sua produção.

Em seu modo de entender, Barbosa divide o estudo da história da comunicação, a partir da realidade europeia, em três paradigmas dominantes: (1) relações entre imprensa e política, o marco de seu aparecimento como expressão do Iluminismo; (2) histórias culturais da comunicação cuja emergência do folhetim como gênero é expressão marcante; (3) história da comunicação a partir das mutações possibilitadas pelas tecnologias. Essa classificação de Barbosa apresenta-se de maneira diferente da tratada por Schudson, mas ambas dialogam de perto. No entanto, a autora faz questão de frisar que em países como o Brasil, em que a trajetória em relação ao texto escrito, ao registro impresso e à cultura da leitura é tardia, a comunicação e a cultura devem ser consideradas por outros vestígios; a oralidade é o que nos caracteriza na longa duração. Demonstrando proximidade com os historiadores da história Cultural, Barbosa posiciona-se formulando as perguntas que orientam sua pesquisa: como se dá o processo comunicacional ao longo do tempo em um universo cultural específico e em um território repleto de particularidades que denominamos de Brasil? Quais são seus atores centrais? Qual é o mundo que está em torno? Como os sistemas comunicacionais são, enfim, percebidos? O resultado pode permitir verificar que a história da comunicação é a história das ações comunicacionais

humanas. Com essas boas perguntas, temos delineado o campo teórico-metodológico pertinente para a pesquisadora. É com essa clareza de objetivos que a história será escrita.

Conforme se verifica em Barbosa, é a partir de perguntas que o desenho teórico-metodológico de uma pesquisa se constrói. Esse aspecto é fundamental para Bonin (2008). A pesquisadora, em “A dimensão metodológica na pesquisa comunicacional e os desafios da observação em perspectiva histórica” (2008), nos apresenta um quadro de preocupações epistemológicas que demandam que o pesquisador assuma seu ponto de vista e, a partir dele, enuncie com clareza os objetivos e os procedimentos adotados. A autora chama atenção para a relevância do tempo e do espaço a serem observados na dimensão histórica. Ela também defende que os objetos comunicacionais, por sua complexidade multidimensional, reclamam “lógicas heterodoxas no âmbito dos métodos e procedimentos de pesquisa” (Bonin, 2008: 137). Suas referências são Gaston Bachelard e Pierre Bourdieu, ambos defensores de um racionalismo que constrói o objeto científico na dimensão da consciência do movimento permanente de transformação do real. Daí, portanto, a necessidade da reflexão epistemológica por parte daquele que conhece. É fato a relação do racionalismo kantiano e a teoria da ciência em Bachelard, referência de muitos pesquisadores da área da comunicação. No artigo supracitado, em que Bonin discorre sobre as implicações epistemológicas nas escolhas metodológicas, vê-se um diálogo com as correntes das pesquisas sobre história da comunicação citadas. Bonin também chama nossa atenção para a necessidade de se recolocar como problemática a perspectiva temporal, sobretudo nos estudos de midiaticização, nas palavras da autora:

a perspectiva histórica é fundamental para entender a configuração sistêmica do campo midiático, as especificidades dos campos de produção e sua constituição concreta em cada sociedade; as particularidades do funcionamento, das rotinas produtivas; a constituição dos gêneros. (Ibid.: 139)

A autora destaca, portanto, a *configuração sistêmica do campo midiático* e a necessidade de se considerar nos estudos as especificidades da produção, do funcionamento e dos gêneros. A questão a ser colocada é como essa configuração sistêmica *própria* do campo midiático pode ser observada a despeito das relações sociais mais amplas, sem as devidas conexões com a totalidade social? Como compreender o processo histórico das especificidades da produção, do funcionamento e dos gêneros sem considerar suas relações com o movimento mais geral das forças produtivas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo foi problematizar o tema do(s) método(s) histórico(s) em comunicação. Procurei contextualizá-lo(s) na perspectiva do nascimento da história como narrativa e como discurso científico; também ela (a história como ciência) em uma perspectiva histórica em que se problematizam os fundamentos que conformam o olhar do pesquisador (historiador/comunicador).

Se para Heródoto a história é uma narrativa particular sobre o tempo, e se para Tucídides a história deve ser contada a partir de informações objetivas se preocupando com os fatos, que permanências desses dois discursos encontramos no âmbito do(s) método(s) histórico(s) na atualidade? A dicotomia entre sujeito e objeto, tomada por uma ciência que se designa científica, tem sido a marca do percurso dos estudos de história da comunicação e não só da história da comunicação. No caso do Brasil, há um número considerável de produções de qualidade que se alinham ora mais ora menos a uma dessas concepções de ciência.

Por outro lado, fica patente que o pensamento dialético materialista tem sido pouco explorado como método de análise da história da comunicação. Como método, ele pode, talvez, a exemplo das indicações de Raymond Williams, trazer contribuições efetivas para compreendermos na perspectiva histórica os entrelaçamentos do desenvolvimento dos meios de comunicação como forças produtivas na cultura e nas relações de comunicação. Nesse sentido, é constatado que a área de conhecimento da comunicação no Brasil ainda não produziu um relato sobre a história da comunicação cujo método histórico dialético fosse adotado para tencionar o conhecimento já produzido como abordagem mais complexa e que possa mostrar a relevância da comunicação no atual quadro do desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira. ■

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. J. S. de; CORDEIRO, V. D. Eduard Fuchs e as “teses sobre o conceito de história”. *Revista de Teoria da História*, ano 5, n. 10, dez./2013. Disponível em: <https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/08_-_Veridiana.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. de. Karl Marx: teoria e práxis de um gênio das ciências sociais. *Revista Filosofia*, 2010. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/16/artigo66044-1.asp>>. Acesso em: 5 jul. 2015.
- BARBOSA, M. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- _____. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

- _____. *Percurso do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Rio de Janeiro: UFF, 2007.
- _____. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: _____. *Obras Escolhidas*. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
- BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOAS, F. *A formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2004.
- BONIN, J. A dimensão metodológica na pesquisa comunicacional e os desafios da observação em perspectiva histórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa*. João Pessoa: UFPB, 2008.
- BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2008.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- _____. *Le méditerranée*. vol. 1 e 2. Paris: Armand Colin, 1990.
- BRIGGS, A. *The History of Broadcasting in the United Kingdom*. v. 1. Oxford: Open University Oxford, 1995.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. Le R. *Da enciclopédia: explicação detalhada do sistema de conhecimentos humanos*. São Paulo: Unesp, 2012.
- FEBVRE, L. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 19. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HABERMAS, J. *A mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOBSBAWM, E. *Marx & L'Histoire: textes inédits*. Paris: Demopolis, 2008.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- INNIS, H. *Empire and communications*. Toronto: University of Toronto Press, 1951.
- _____. A. *The bias of communication*. Toronto: University of Toronto Press, 1977.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. *Idée d'une Histoire universelle au point de vue cosmopolitique*. Tradução de Jean-Michel Muglioni. Paris: Bordas, 1988.
- KOCH, A. F. Hegel e a consumação da metafísica. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, v. 1, n. 16, p. 4-21, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.hegelbrasil.org/Reh_16_01>. Acesso em: 5 jul. 2015.

- LAMAS, F. G.; SILVA, R. M. da. Foucault, o método histórico-filosófico de pesquisa e sua contribuição para a metodologia científica das Ciências Humanas. *Revista de Teoria da História*, ano 1, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/teoria/article/viewFile/28659/16074>>. Acesso em: 3 jul. 2015.
- LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. V. *Introduction aux études historiques*. Paris: Editions Kimé, 1992. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/langlois_charles_victor/intro_etudes_historiques/seignobos_etudhisto.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- LEVINE, L. *Highbrow/Lowbrow*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1988.
- MARTINO, L. C. Classificação e exame crítico da literatura sobre história da comunicação. In: GOULART, A. P.; HERSCHMANN, M. (Org.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008, p. 27-43.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTELART, A. *Comunicação mundo: história das ideias e das estratégias*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *História de las teorías de la comunicación*. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- _____. *História das teorias da comunicação*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MATTOS, S. *A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)*. Salvador: Inamá, 2000a.
- _____. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- MCGERR, M. *The decline popular politics*. New York: Oxford University Press, 1986.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MELO, J. M. de. *História Social da Imprensa*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- _____. *Pensamento comunicacional latino-americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Paulo: Universidade Metodista, 2004.
- _____. *História política das Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- _____. *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da folk-comunicação*. São Paulo: Paulus, 2008.
- _____. *Televisão brasileira: 60 anos de ousadia, astúcia, reinvenção*. Cátedra Unesco/Globo Universidade. 2011.
- _____. Os processos comunicacionais na historiografia brasileira. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 35, n. 1, p. 7-42, jul./dez.

2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/4122/3700>>. Acesso em: 7 jul. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v35n1p7-42>
- _____. (Org.). *Ciências da Comunicação no Brasil, 50 anos: Histórias para contar*. São Paulo: Fapesp/Intercom, 2015.
- MELO, J. M. de; BRANCO, S. C. (Orgs.). *O pensamento comunicacional brasileiro: o grupo de São Bernardo*. São Bernardo do Campo: Umesp, 1999.
- MELO, J. M. de; CALADO, A. A. *Imprensa brasileira: personagens que fizeram História*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005.
- MELO, J. M. de (Coord.); RAHDE, M. B. F. (Org.). *Memórias das Ciências da Comunicação no Brasil: o grupo gaúcho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- OLIVEIRA, A. M. *Comparação entre as filosofias de Platão e Kant*. Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia – LLPEFIL. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em: <<http://www.llpefil-uerj.net/filocin/54-2009-o-advogado-do-diabo>>. Acesso em: 9 jul. 2015.
- RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. (Org.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- SADER, E. Apresentação. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCHUDSON, M. Enfoques históricos a los estudios de la comunicación. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (Orgs.). *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1993.
- SOARES, F. P. Eric Hobsbawm (*in memoriam*): notas para leitura dos movimentos sociais pré-políticos. *Revista de Teoria da História*, ano 5, n. 9, jul./2013.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. 4. ed. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Editora da UnB; Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.
- WILLIAMS, B. *Platão: a invenção da Filosofia*. São Paulo: Unesp, 2000.
- WILLIAMS, R. *Television, technology and cultural form*. London: Fontana, 1974.
- WILLIAMS, R. (Ed.). *Historia de la comunicación*. v. 1 e 2. Barcelona: Bosch, 1992.

Artigo recebido em 01 de setembro de 2015 e aprovado em 24 de setembro de 2015.